



IDENTIDADE E CRENÇAS DA ASSEMBLEIA DE DEUS: UM ESTUDO MODERADO DE QUESTÕES BÁSICAS

IDENTITY AND BELIEFS OF THE ASSEMBLY OF GOD: A MODERATE STUDY OF BASIC ISSUES

DOI: 10.5281/zenodo.10023005

Roberto dos Santos¹

INTRODUÇÃO

Alinhando-se aos estudos sobre história e teologia da Assembleia de Deus que vêm sendo realizados e publicados no Brasil, meu estudo tem o propósito de contribuir com a compreensão e identificação da igreja evangélica Assembleia de Deus, bem como de seus aspectos teológicos, espirituais e culturais.

Faço desse tema o esquema básico do estudo, conjugando os estudos históricos com a prática das doutrinas pentecostais inseridos no contexto da Assembleia de Deus no Brasil. Este estudo tem por objetivo fornecer algumas informações básicas sobre a origem da Assembleia de Deus nos EUA e no Brasil, falar também sobre os valores pentecostais dos pais fundadores e ainda destacar quais critérios devem ser tomados para a admissibilidade de uma congregação genuinamente assembleiana dentro da tradição ortodoxa do pentecostalismo.

Entender a relação entre Palavra de Deus e tradição pentecostal é indispensável, certamente, para compreender o que é a Assembleia de Deus no Brasil, especificamente. Por isso, não é possível saber o que é realmente a Assembleia de Deus sem, ao menos, identificá-la a partir de um pentecostalismo-plural (inúmeras denominações), todas elas, naturalmente,

¹ Doutor pela Cambridge International University.



advogando herdeiras legítimas da obra pentecostal no Brasil. A ideia é fornecer algumas características básicas daquilo que é fundamental saber sobre o movimento pentecostal ortodoxo da Assembleia de Deus.

A Assembleia de Deus, por assim dizer, não é apenas uma denominação pentecostal nacional que acredita em determinadas doutrinas sobre o Espírito Santo. Pelo contrário, trata-se de uma igreja que possui uma identidade *sui generis* dentre tantas outras que estão disseminadas pelo Brasil afora. Assim, o objetivo deste estudo é juntar Escritura e Tradição, tendo como viés a *práxis* e o *ethos* pentecostais da Assembleia de Deus brasileira, propriamente dita. Trataremos também de questões básicas da relação entre o Sola Scriptura e a experiência pentecostal.

A teologia da Assembleia de Deus é continuísta, trinitariana, dispensacionalista, arminiana e evangélicamente conservadora. Conhecer a Assembleia de Deus é imprescindível para entendê-la e identificá-la, para não a confundir com denominações heterodoxas.

1. A ORIGEM AMERICANA DA ASSEMBLEIA DE DEUS

É nesse espaço específico da origem da Assembleia de Deus nos Estados Unidos da América que me situo para, através da abordagem histórica, avançar no conhecimento teológico do pentecostalismo, que dá sentido denominacional da referida igreja. É essa relação de reciprocidade entre história e prática doutrinária que constitui o objeto deste estudo, visando esclarecer o que é a Assembleia de Deus e porque ela difere de outras denominações similares.

A denominação “Assembleias de Deus” remonta a um renascimento religioso que começou no final dos anos 1800 e continuou até o início dos anos 1900. O avivamento foi caracterizado por uma ampla experiência de manifestações espirituais, como o falar em línguas e a cura sobrenatural, dando origem ao movimento pentecostal.



Charles Parham é uma figura proeminente na história das Assembleias de Deus e do movimento pentecostal. Seus ensinamentos influenciaram grandemente as doutrinas das Assembleias de Deus. Ele é o fundador da primeira igreja pentecostal — a Igreja da Fé Apostólica. Ele começou uma Escola Bíblica em Topeka, Kansas, onde os alunos vinham aprender sobre a Palavra de Deus. O Batismo no Espírito Santo foi enfatizado por ele como um fator chave na caminhada de fé.

Durante o feriado de Natal de 1900, Parham pediu a seus alunos que estudassem a Bíblia para descobrir a evidência bíblica do Batismo no Espírito Santo. Em uma reunião de oração, em 1º de janeiro de 1901, eles concluíram que o batismo no Espírito Santo é expresso e evidenciado pelo falar em línguas. A partir dessa experiência, a denominação Assembleias de Deus pode traçar sua crença de que falar em línguas é a evidência bíblica para o Batismo no Espírito Santo.

O avivamento rapidamente se espalhou para Missouri e Texas e, eventualmente, para a Califórnia e além. Crentes pentecostais de todo o mundo se reuniram na Missão da Rua Azusa em Los Angeles para uma reunião de reavivamento de três anos (1906-1909).

Outra reunião importante na história da denominação foi uma reunião em Hot Springs, Arkansas, em 1914, convocada por um pregador chamado Eudorus N. Bell. Como resultado do avivamento espalhado e da formação de muitas congregações pentecostais, Bell reconheceu a necessidade de uma assembleia organizada. Trezentos ministros pentecostais e leigos se reuniram para discutir a crescente necessidade de unidade doutrinária e outros objetivos comuns. Como resultado, foi formado o Conselho Geral das Assembleias de Deus, unindo as assembleias em ministério e identidade legal, mas preservando cada congregação como uma entidade autogovernada e autossustentável. Este modelo estrutural permanece intacto até hoje.

Em 1916, uma Declaração de Verdades Fundamentais foi aprovada e adotada pelo Conselho Geral das Assembleias de Deus nos Estados Unidos da América.



- **Convite à reflexão:** Focalizando sua Assembleia de Deus, como você a descreveria, tomando como referência a leitura deste capítulo?

2. O SURGIMENTO DA ASSEMBLEIA DE DEUS BRASILEIRA

Conforme informações sobre a origem da Assembleia de Deus nos Estados Unidos da América, veremos agora como essa mesma denominação evangélica chegou ao Brasil, tornando-se, hoje, a maior igreja pentecostal do País.

Em 18 de junho de 1911, foi fundada a Igreja Assembleia de Deus, um ministério pequeno que estava sendo plantado e regado com muito cuidado pelos missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg.

Os missionários chegaram à capital do estado do Pará, Belém, em 19 de novembro de 1910, trazendo consigo um chamado para impactar o Brasil com a doutrina do Espírito Santo.

Vindos dos Estados Unidos, os missionários já estavam envolvidos com as manifestações do Espírito Santo, uma doutrina que não era bem aceita na denominação que eles frequentavam, no caso, a Igreja Batista norte-americana.

Por aqui essa questão também trouxe divisão e, em um primeiro momento, o grupo se desligou da Igreja Batista e adotou o nome de Missão de Fé Apostólica.

Em 19 de novembro de 1910, os missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg desembarcaram em Belém do Pará. No ano seguinte, eles fundariam na cidade a Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Os dois traziam dos Estados Unidos a doutrina do batismo no Espírito Santo, que está na origem do pentecostalismo (movimento de renovação cristã que dá ênfase a uma experiência direta e pessoal de Deus).

O pentecostalismo clássico começou em 1901 entre cristãos na América do Norte. A crença pentecostal centraliza-se no Batismo no Espírito Santo. Vingren e Berg tiveram contato



com essa corrente cristã quando viveram nos EUA. Quando se estabeleceram em Belém, os dois passaram a pregar inicialmente na Igreja Batista, denominação a qual ambos pertenciam.

A despeito disso, as igrejas existentes na época, como a Presbiteriana, Anglicana, Metodista e a própria Batista, ficaram bastante incomodadas com a nova doutrina trazida pelos missionários. Com o passar do tempo, um número cada vez maior de religiosos visitava a residência de Berg e Vingren, onde realizavam reuniões de oração. Por esse motivo, os suecos e mais dezenove fiéis acabaram sendo desligados da Igreja Batista. Convictos e resolvidos a se organizar, fundaram a Missão de Fé Apostólica, em 18 de junho de 1911, que mais tarde, em 1918, ficou conhecida como Assembleia de Deus.

A Assembleia de Deus no Brasil expandiu-se pelo Estado do Pará, alcançando o Amazonas, e propagou-se para o Nordeste, principalmente entre as camadas mais pobres da população. Chegou ao Sudeste pelos idos de 1922, por meio de famílias de retirantes do Pará. Naquele ano, a igreja teve início no Rio de Janeiro, no bairro de São Cristóvão e ganhou impulso com a transferência de Gunnar Vingren, de Belém, em 1924, para a então capital da República.

Desde 1930, quando se realizou um concílio da igreja na cidade de Natal, a Assembleia de Deus no Brasil passou a ter autonomia interna, sendo administrada exclusivamente pelos pastores residentes no Brasil, sem, contudo, perder os vínculos fraternais com a igreja na Suécia. A partir de 1936, a igreja passou a ter maior colaboração das Assembleias de Deus dos Estados Unidos através dos missionários enviados ao país. A Assembleia de Deus é considerada a maior denominação evangélica do país, com mais de 22,5 milhões de membros.

O órgão oficial da Assembleia de Deus é a CGADB: Convenção Geral dos Ministros das Igrejas evangélicas Assembleias de Deus no Brasil, composto por cerca de 63 convenções, sendo 60 nacionais (espalhadas nas 5 regiões do País) e 3 internacionais (Argentina, EUA e Japão).



Ao tomarmos conhecimento da presença da Assembleia de Deus no Brasil, podemos dizer com certeza que se trata de uma igreja que alcançou sua maioria, apesar de sua complexidade administrativa. Na Assembleia de Deus, encontramos algumas características peculiares à sua formação histórico-espiritual.

1. A estrutura ministerial de poder administrativo que reflete na imagem do presidente nacional (CGDB), juntamente com os presidentes estaduais e os presidentes de campos eclesiásticos, seguidos pelos pastores setoriais, além de inúmeros pastores de congregações locais, presbíteros, diáconos e pregadores que compõem a gestão e o funcionamento da denominação no Brasil;
2. A valorização dos cultos de Santa Ceia, batismo e oração, que norteiam as práticas espirituais do movimento pentecostal, tendo como valorização a exposição da palavra de Deus;
3. A prioridade da escola bíblica dominical como agência educadora da igreja;
4. A forte ênfase na busca do batismo com o Espírito Santo, os dons espirituais e a tarefa evangelizadora da igreja como resultado de sua apostolicidade pentecostal;
5. A doutrinação constante pela manutenção da tradição pentecostal;
6. O esforço pela unidade da igreja independentemente dos múltiplos ministérios a ela pertencente;
7. A manutenção da ortodoxia bíblica.

É interessante ressaltar como os pastores relacionam o ensino bíblico com aspectos conservadores que traduzem a identidade de uma igreja evangélica e pentecostal, que preserva, nos seus objetivos, uma missiologia pentecostal voltada para a espiritualidade dos crentes em razão da qual prioriza as doutrinas bíblicas pentecostais, a santidade e a evangelização.



- **Convite à reflexão:** Considerando os estudos tratados neste capítulo, como você avalia os níveis ministeriais, teológicos e espirituais da Assembleia de Deus?

3. O PROBLEMA DE TRADUÇÃO DA NVI: BUSCANDO UMA SOLUÇÃO PRECISA

Primeiramente, o que me chama a atenção é a preferência que a Assembleia de Deus no Brasil tem pela ARC – Almeida Revista e Corrigida da SBB. Isto com certeza possibilita a todos os crentes uma leitura menos complicada e diversificada, especialmente nos cultos.

A versão oficial da Bíblia em língua portuguesa no Brasil é a ARC – Almeida Revista Corrigida da SBB – Sociedade Bíblica do Brasil, publicada pela CPAD – Casa Publicadora das Assembleias de Deus. Certamente, todos os crentes têm total liberdade para adquirir Bíblias de Estudo, com as suas mais diversas traduções e versões, mas a ARC é a única autorizada na Assembleia de Deus no Brasil. A NVI é optativa, mas não recomendada.

Outra questão: muitos líderes e irmãos assembleianos dizem: “não somos religiosos”. Este posicionamento é, no mínimo, anacrônico, para não dizer, ridículo e absolutamente desnecessário, já que a Assembleia de Deus é uma denominação pertencente à religião cristã, ou seja, ao cristianismo. Por isso, nenhum assembleiano não pode e nem deve sair por aí dizendo que não é religioso.

Os assembleianos têm como única regra de fé e prática a Palavra de Deus, que encontramos no Antigo e Novo Testamentos. A Igreja Evangélica Assembleia de Deus tem como única regra de fé, toda a Palavra de Deus, tal como se encontra na Sagrada Escritura, além de sustentar o que chamamos de *ethos* pentecostal, ou seja, a tradição pentecostal. Toda a Palavra de Deus foi transmitida oralmente. A tradição pentecostal, obviamente, trata-se de uma herança espiritual que recebemos dos nossos pioneiros, os pais fundadores, que é a tradição espiritual da Assembleia de Deus. No entanto, a própria Escritura nos diz que nem todas as coisas que Jesus disse e fez foram escritas. Eis uma declaração de suma importância:



*A Nova versão Internacional (NVI, em português), uma tradução evangélica muito respeitada e – feita a ressalva - excelente. O teólogo Reformado James R. Payton Jr aponta, por exemplo, que existem treze ocorrências do termo *paradosis* (geralmente em seu plural, *paradosis*) no Novo Testamento, dos quais dez são críticos das traduções humanas que se partiram da palavra de Deus. Nos outros três casos, Paulo recomenda tradições às igrejas às quais ele escreve (1 Co 11.2; 2 Ts 2.15; 3.6). Significativamente, todas as dez referências negativas são traduzidas pela NVI como “tradições”, enquanto todas as três referências positivas são deliberadamente traduzidas de modo errado como ‘ensinamentos’ - a tradução para *didaskalia* ou *didachê*, não *paradosis*²*

Em que sentido Jesus condena a tradição dos fariseus (Mc 7.5-13)? Primeiro, por três vezes no texto, Jesus mostra seu padrão de julgamento contra a tradição dos anciãos e fariseus. No versículo 8, ele diz: “Abandonais os mandamentos de Deus [...]”. No versículo 9, ele diz: “Sabeis muito bem desprezar os mandamentos de Deus [...]”. No versículo 13: “Assim, invalidais a palavra de Deus [...]”.

Obviamente, Jesus não está condenando a tradição em si, mas especificamente a tradição que despreza os claros mandamentos de Deus. Não é a ideia da tradição, per si, que Jesus condena, mas sim as doutrinas humanas contrárias aos mandamentos de Deus. Qualquer falsa doutrina, seja antiquada ou moderna, pode servir como objeto de condenação de Jesus nesta passagem. Assim, em Marcos 7.5-13, Jesus usa a palavra grega *paradosis* (“tradição” nos versos 5, 8, 13) e *didaskalias* (“ensinamentos” no versículo 7) em sua condenação. Em suma, Marcos 7 condena o abandono das Escrituras por tradições humanas e não a coerência entre Escritura e Tradição.

A tradição pentecostal na Assembleia de Deus é o que diz respeito ao seu *modus operandi*, à sua identidade dupla interna e externa, bíblica e culturalmente no sentido de

2 SUNGENIS, Robert A. **Não somente pelas Escrituras**: Uma crítica católica do Sola Scriptura. Edições Cristo e Livros: São Paulo, 2020. p.107.



sinalizar não apenas as suas crenças, mas também a sua espiritualidade imanente no tecido da sociedade brasileira. Em outras palavras, isso quer dizer tudo aquilo que corresponde ao sentido de ser assembleiano, literalmente, daí ser necessário enfatizar que ser assembleiano é também possuir um tipo “assembleiano” de ser cristão, de ser pentecostal, de ser evangélico engajado teológica e culturalmente dentro dos parâmetros constitucionais da eclesiologia assembleiana.

A Bíblia apoia claramente o ensino da Igreja Assembleia de Deus de que a Palavra de Deus está contida tanto na Bíblia quanto na tradição. Assim, é preciso entender o que significa tradição para não confundir com distorções espirituais acerca dos ensinamentos da Palavra de Deus, bem como da herança pentecostal contida na história da Assembleia de Deus no Brasil, por exemplo.

A tradição pentecostal da Assembleia de Deus é a vida comum, o culto e o ensino da fé pentecostal. Por conseguinte, a tradição pentecostal da Assembleia de Deus poderá ser encontrada no seu culto, nos seus ensinamentos básicos sobre igreja, Cristo, salvação, Espírito Santo e escatologia, bem como no *ethos* assembleiano.

Estritamente falando, a tradição é Jesus. É ele que está sendo transmitido pela igreja em sua vida, adoração e ensino. A igreja o transmite nos ministérios ordenados, por exemplo. Ela o transmite em suas doutrinas, que nos ensinam a pensar com a mente de Cristo. Ela o entrega em sua vida moral e devocional, na qual aprendemos a adorar o Pai como ele o faz. Ela o entrega em seu povo, tanto crentes simples quanto pastores enquanto se reúnem para adorá-lo e expressá-lo por meio de nossos vários dons e serviços. Ela o entrega nas Escrituras, que é sua palavra viva por escrito. Ela o entrega nas obras de sociais e espirituais. Ela o entrega no evangelismo público. Em tudo isso, a tradição é muito mais como um organismo vivo do que um corpo de doutrinas matematicamente preciso. A tradição pentecostal é exatamente a materialidade (o que é externo) da formalidade da igreja (o que é interno).

O ensino de Paulo é um apelo direto à tradição apostólica, o ensino oral que o apóstolo deu a Timóteo. Assim, os pentecostais devem entender 2 Timóteo 3:16-17 no seu contexto



para chegar à necessidade de uma traição pentecostal sólida. Mas quando a passagem é lida no contexto, fica claro que ela está ensinando a importância da tradição apostólica!

Paulo diz que muito do ensino cristão deve ser encontrado na tradição, que é de boca em boca (2T 2:2). Ele nos instrui a “ficar firmes e guardar as tradições” (2 Tessalonicenses 2:15).

A Igreja, nas pessoas dos apóstolos, recebeu autoridade para ensinar em nome de Cristo. A igreja seria seu representante. Ele os comissionou, dizendo: “Ide, portanto, e fazei discípulos de todas as nações” (Mt 28:19).

Desde já, fica esclarecido que é de responsabilidade do magistério da Assembleia de Deus (Conselho de Doutrina e Comissão de Apologética) manter o padrão doutrinário entre todas as igrejas filiadas à CGADB, não sendo permitido a nenhum irmão, pregador, pastor ou teólogo, inserir quaisquer doutrinas opostas ou heterodoxas. Não existe liberdade para criar doutrinas, existe sim, liberdade para seguir ou não os ensinamentos da igreja, e se segui-los, a unidade doutrinária da igreja será preservada.

- **Convite à reflexão:** Perante as dificuldades de haver inúmeras versões da Bíblia em língua portuguesa, qual é seu ponto de vista sobre o uso da ARC – Almeida Revista e Corrigida nos cultos da Assembleia de Deus?

4. ORTODOXA E TRADIÇÃO ASSEMBLEIANAS

Dando início a este tópico, permito-me fazer uma rápida, mas necessária, recomendação sobre a Declaração Doutrinária das Assembleias de Deus que passou a vigorar desde 2017, como manual doutrinário oficial da CGADB.

Ortodoxia é a doutrina correta, e a tradição é a responsável por conservar a memória viva da igreja.



A ortodoxia da Assembleia de Deus será resumidamente apresentada aqui através de alguns dos dezesseis artigos de fé, endossados pela Declaração de Fé aprovada em 2017, conforme abaixo:

- 1) Na inspiração divina verbal e plenária da Bíblia Sagrada, única regra infalível de fé e prática para a vida e o caráter cristão (2 Tm 3.14-17);
- 2) Em um só Deus, eternamente subsistente em três pessoas distintas que, embora distintas, são iguais em poder, glória e majestade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo; Criador do Universo, de todas as coisas que há nos céus e na terra, visíveis e invisíveis, e, de maneira especial, os seres humanos, por um ato sobrenatural e imediato, e não por um processo evolutivo (Dt 6.4; Mt 28.19; Mc 12.29; Gn 1.1; 2.7; Hb 11.3 e Ap 4.11);
- 3) No Senhor Jesus Cristo, o Filho Unigênito de Deus, plenamente Deus, plenamente Homem, na concepção e no seu nascimento virginal, em sua morte vicária e expiatória, em sua ressurreição corporal dentre os mortos e em sua ascensão vitoriosa aos céus como Salvador do mundo (Jo 3.16-18; Rm 1.3,4; Is 7.14; Mt 1.23; Hb 10.12; Rm 8.34 e At 1.9);
- 4) No Espírito Santo, a terceira pessoa da Santíssima Trindade, consubstancial com o Pai e o Filho, Senhor e Vivificador; que convence o mundo do pecado, da justiça e do juízo; que regenera o pecador; que falou por meio dos profetas e continua guiando o seu povo (2 Co 13.13; 2 Co 3.6,17; Rm 8.2; Jo 16.11; Tt 3.5; 2 Pe 1.21 e Jo 16.13);
- 5) Na pecaminosidade do homem, que o destituiu da glória de Deus e que somente o arrependimento e a fé na obra expiatória e redentora de Jesus Cristo podem restaurá-lo a Deus (Rm 3.23; At 3.19);
- 6) Na necessidade absoluta do novo nascimento pela graça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo e pelo poder atuante do Espírito Santo e da Palavra de Deus para tornar o homem aceito no Reino dos Céus (Jo 3.3-8, Ef 2.8,9);
- 7) No perdão dos pecados, na salvação plena e na justificação pela fé no sacrifício efetuado por Jesus Cristo em nosso favor (At 10.43; Rm 10.13; 3.24-26; Hb 7.25; 5.9);



8) Na Igreja, que é o corpo de Cristo, coluna e firmeza da verdade, una, santa e universal assembleia dos fiéis remidos de todas as eras e todos os lugares, chamados do mundo pelo Espírito Santo para seguir a Cristo e adorar a Deus (1 Co 12.27; Jo 4.23; 1 Tm 3.15; Hb 12.23; Ap 22.17).

Assim sendo, fizemos apenas uma amostra de oito artigos de fé, acima mencionados. Os demais devem ser estudos na Declaração de Fé da AD.

É claro que a ortodoxia assembleiana não se acha apenas em alguns artigos de fé, ou mesmo numa Declaração Doutrinária, oficialmente aprovada pela CGADB. A questão é tomar consciência de que os elementos doutrinários, conseqüentemente, são seguidos por práticas tradicionais ou conservadoras que fazem parte daquilo que pode ser conhecido como o *ethos* assembleiano.

O que quer dizer a palavra *ethos*? Segundo o dicionário de língua portuguesa, *ética* vem do grego “*ethos*” que significa modo de ser, “conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação aos outros homens na sociedade em que vive, garantindo, outrossim, o bem-estar social”, ou seja, *Ética* é a forma que o homem deve se comportar no seu meio social.

O que é a Assembleia de Deus? Se a Assembleia de Deus representa uma denominação evangélica válida, ela deve ser aceita como obra de Deus. Se não, não deve ser chamada de igreja evangélica. Mas como sabermos qual é o critério? A resposta à questão “Quais autoridades pentecostais são válidas?” não pode ser “Aqueles cujos testemunhos não são bíblico-pentecostais”, pois é exatamente isso que está sendo discutido. Seria ridículo dizer: “As autoridades pentecostais válidas na Assembleia de Deus são todos os que são chamados de pastores assembleianos”. Ao passo que isso é verdade, mesmo assim é tautológico e inútil, pois não nos auxilia na identificação do que é válido.

Os assembleianos liberais dizem que suas doutrinas são bíblicas, como fazem os assembleianos conservadores, os assembleianos os progressistas, os assembleianos



esquerdistas, os assembleianos independentes, e assim por diante. Daí surge a seguinte pergunta: como identificar a verdadeira Assembleia de Deus, quando tudo parece complexo e indiscernível? A resposta está na base da origem, natureza e missão da Assembleia de Deus.

O problema origina-se na eclesiologia. Em suma, é o seguinte. Tradicionalmente, sempre houve na história do cristianismo dois significados agrupados sob um único termo “Igreja”. De um lado. A Igreja é o recipiente submisso (do latim: *ecclesia discens*) da graça de Deus e de sua revelação; a Esposa de Cristo, que se subordina livremente à sua autoridade e vontade, obediência à sua lei e submissa à mensagem das Escrituras. Do outro lado, ela é a administradora autoritária (do latim: *ecclesia docens*) da vontade de Deus e de sua lei, a mediadora divinamente autorizada de sua graça através da Palavra e da ordenança, distribuindo justiça através da disciplina da Igreja, a mestra e intérprete autorizada de sua vontade revelada e a guardiã do significado das Escrituras.

A questão é a seguinte: qual denominação assembleiana está certa? A conservadora ou a liberal, a progressiva ou a independente? E, se não todas, mas apenas uma, então qual das assembleias de Deus? O problema prático resultante da fragmentação ininterrupta denominacional é um problema de caos eclesiástico.

Finalmente, a divisão denominacional efetivamente deteriora a autoridade e a disciplina pastorais. Às Escrituras ensinam claramente que os crentes devem submeter-se aos seus pastores (Hb 13.17).

O que dizer de Gunnar Vingren, Daniel Berg, de todos os missionários suecos e americanos que ajudaram a Assembleia de Deus a ser o que ela é hoje? O que dizer de Cícero Canuto de Lima, Eurico Bergstén, Estevão Ângelo, Antônio Gilberto, etc? O que dizer dos primeiros obreiros ordenados no Brasil? O que dizer dos primeiros ensinadores e pregadores? O que dizer dos primeiros teólogos? Eram todos homens de Deus, cheios do Espírito Santo, e que nos deixaram um legado que precisa ser preservado.



Os assembleianos afirmam que a Bíblia é a única regra de fé e prática, o que significa que ela contém todo o material para a teologia e que esse material é suficientemente claro para que não seja necessário acréscimos. Entretanto, a tradição pentecostal da Igreja é de responsabilidade dos pastores responsáveis (autoridade de ensino necessário) para ajudar a entendê-la. Na visão protestante, toda a verdade cristã é encontrada nas páginas da Bíblia. Mas a Bíblia precisa ser explicada ao povo, neste caso, dentro da eclesiologia da Assembleia de Deus, incluindo suas doutrinas pentecostais e sua forma de ser e estar no mundo.

Os assembleianos, por outro lado, devem reconhecer que a verdadeira “regra de fé” – conforme expressa na própria Bíblia – é a Escritura mais a tradição pentecostal da herança espiritual de ensino vivo da Igreja de Jesus Cristo, à qual foram confiados os ensinamentos orais dos pais fundadores, com uma autoridade para interpretar as Escrituras corretamente. Por fim, nenhum crente pentecostal individualmente tem autoridade para dizer o que é doutrina ou não na Assembleia de Deus. Tal tarefa é de responsabilidade do Conselho de doutrina da CGADB, que por sua vez, transmite diretamente as igrejas locais através da Declaração de Fé, oficialmente recomendada.

Para corresponder aos objetivos da Declaração Doutrinária da CGADB, o incentivo deve, pela ação pastoral e doutrinária, promover a realização de seminários e conferências públicas, estudos em revistas de EBD e nos institutos bíblicos, articulando não apenas seus conteúdos, mas também sua importância, necessidade e valor. Esta proposta deve contribuir para ampliar a reflexão bíblica quanto às percepções denominacionais e espirituais tendo como finalidade a conscientização geral dos crentes, a formação continua dos obreiros e a tarefa apologética da igreja.

- **Convite à reflexão:** Segundo os estudos neste capítulo, qual você destacaria na sua prática na igreja?



5. A PRÁXIS E O *ETHOS* NA PERSPECTIVA ASSEMBLEIANA

A práxis e os *ethos* em uma perspectiva assembleiana, seguramente a prática eclesial na direção da doutrina e identidade dos crentes requer necessariamente um trabalho pastoral permanente no que diz respeito a suas duas ênfases aqui colocadas, que se traduzem pela responsabilidade, pela administração e pelo ensino.

As diferenças como práxis e *ethos* aplicados a Assembleia de Deus: sobre a dialética entre ação e aplicação de paradigmas teológico-comportamental. Portanto, a práxis ou ação procede do *ethos* como seu princípio objetivo, ou seja, como os costumes de determinado grupo humano, aqui o religioso, que é caso da Assembleia de Deus.

Práxis (do grego *πράξις*) é a união dialética entre teoria e prática. Assim, a teoria assembleiana (doutrina) e sua práxis (ação, prática), acontece inseparavelmente como marcas da sua pentecostalidade evangélica.

A práxis forma-se, portanto, a partir da interação de sistemas culturais, históricos e sociais bastante complexos. Em última instância, o ser humano torna-se humano a partir da práxis.

Apesar de muitos o relacionarem ao pensador alemão Karl Marx, o conceito de práxis já existia muito antes de sua filosofia. Sendo que tal conceito possui suas raízes nos pensamentos de Aristóteles.

Ethos é uma definição que possui uma relação com a identidade social, ou seja, a relação dos hábitos adquiridos por uma comunidade.

A religião opera no crente, de modo a incentivar os valores da solidariedade, da moral, da disciplina, do amor e da ética. Portanto, no movimento pentecostal assembleiano a práxis é um movimento que resulta da sua razão eclesial, daquilo que a igreja mantém como doutrina, e é a práxis assembleiana a exterioridade da sua forma de pensar teologicamente suas crenças.



Ethos é o conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região. Ao aplicarmos o termo *ethos* ao movimento pentecostal assembleiano, temos por objetividade destacar algumas características peculiares ao comportamento dos crentes da Assembleia de Deus, distinguindo-os de outros crentes pertencentes a diversas denominações nacionais, seguramente.

Estas características são uma marca tradicional da Assembleia de Deus no Brasil. O *ethos* assembleiano é uma tradição pentecostal eclesiasticamente demarcatória. O uso do termo é assembleianamente indispensável, urgente, não sendo possível nenhum tipo de represaria e é a identidade daquilo que significa ser pertencer naturalmente a Assembleia de Deus. Ele distingue a Assembleia de Deus de outras denominações ditas pentecostais ou neopentecostais e o confere uma identidade não apenas teológica, mas cultural em meio aos ventos inconstantes e devastadores de doutrina que varreram as últimas duas décadas do movimento pentecostal no Brasil. O *ethos* assembleiano é um marco na história da Assembleia de Deus, assegurando-lhe algumas características próprias inerentes ao que quer dizer o espírito de pertencimento a Assembleia de Deus.

Dentre as múltiplas características da práxis e do *ethos* assembleianos, destacamos aqui as principais: 1. Litúrgica, 2. Querigmática, 3. Ministerial, 4. Socioantropológica.

1. Litúrgica. A liturgia na igreja cristã é um rito ou sistema de rituais prescritos para o culto público em qualquer denominação ou igreja cristã – um repertório costumeiro ou repetição de ideias, frases ou observâncias. Vários elementos de uma liturgia cristã incluem batismo, Santa Ceia, canto, oração, testemunhos, sermão ou estudo bíblico, a saudação em nome do Senhor, chamada ao altar e bênção apostólica.

A palavra grega original “*leitourgia*”, que significa “serviço”, “ministério” ou “trabalho do povo”, era usada para qualquer obra pública do povo, não apenas para serviços religiosos.



As igrejas litúrgicas incluem os ramos ortodoxos do cristianismo (como os ortodoxos gregos e orientais, os ortodoxos coptas), a Igreja Católica e muitas igrejas protestantes que optam por preservar algumas das antigas formas de culto, tradição e ritual após a Reforma. No nosso caso, a Assembleia de Deus, não possui uma liturgia unificada e rígida, tecnicamente, mas o que é chamado de liturgia, entre nós, é na verdade caracterizado por reuniões simples, sem o uso ostentativo do culto cristão como acontece entre as igrejas católica, ortodoxa e reformada.

As reuniões pentecostais da Assembleia de Deus, como por exemplo: culto de doutrina, culto de oração e culto público, todos de igual modo têm por objetivo a Glória de Deus, a pregação evangélica, a comunhão entre os irmãos e a busca sempre renovada do Espírito Santo. Na Assembleia de Deus todos os irmãos podem contribuir de alguma maneira para oferecer a Deus o seu serviço de adoração. A prioridade da igreja é a ênfase nos cinco pilares do pentecostalismo: Cristo salva, Cristo cura, Cristo batiza com o Espírito Santo, Cristo santifica e Cristo em breve voltará.

2. Querigmática. A palavra “querigma” tem sua raiz relacionada com os arautos reais – os “quérix” –, homens que percorriam os reinos proclamando as notícias relacionadas com a vida palaciana.

Na tradição cristã, a palavra querigma se tornou sinônimo do primeiro anúncio das verdades da fé. Os discípulos, após a morte de Jesus, saíram pelas cidades e povoados anunciando o querigma do Reino de Deus, que, nas Escrituras, é assim resumido: “Jesus de Nazaré foi morto, ressuscitado e exaltado à direita de Deus Pai”.

Na Assembleia de Deus a ordem do culto compreende os seguintes elementos: oração de abertura, leitura da Bíblia, hinos congregacionais, louvores de conjuntos musicais, saudações e palavras especiais, testemunhos e a pregação oficial. Geralmente as congregações possuem um programa elaborado, mas isso não impede de as vezes ser alterado, porque o culto pentecostal o que predomina é o aspecto espiritual, e nem tanto a rigidez formal das reuniões como acontece com as igrejas de tradição reformada.



Na Assembleia de Deus a prioridade é a pregação pentecostal, a primazia do Espírito Santo em todas as reuniões, fazendo com que cada mensagem ministrada seja ungida pelo Espírito Santo, mesmo que não possuindo todas aquelas técnicas homiléticas, carregadas com profundidade teológica ou com todos os aparatos hermenêuticos, seguramente. O mais importante, claro, não menosprezando os estudos teológicos ou a formação acadêmica do pregador, é que a mensagem (sermão ou estudo bíblico) permanece sob a égide do Espírito Santo, que fale aos corações dos crentes. É na simplicidade dos seus pregadores e pastores que a Assembleia de Deus chegou até aqui, e nem por isto vamos desprezar as nossas origens, mesmo sabendo que estamos em um novo contexto cultural, econômico e social. Vamos continuar na assistência do Espírito Santo.

3. Ministerial. Jesus Cristo disse aos seus discípulos: “O Filho do homem não veio para que se lhe ministrasse, mas para ministrar e dar a sua alma como resgate em troca de muitos”. Mostrou que estava assim dando um exemplo a todos os seus seguidores. Eles também deviam ser ativos em ministrar a outros, não procurando fazer com que os outros ministrassem a eles. (Mat. 20:26-28; Luc. 22:26, 27) Como fariam isso?

A palavra “ministrar” neste texto traduz um verbo Grego (*diakonéo*) que literalmente significa “servir”. Sim, o ministério cristão basicamente é serviço cristão. Se guardarmos isso em mente, poderemos compreender melhor o pleno significado de tal ministério.

O ministério na Assembleia de Deus é classificado da seguinte maneira: pastores, evangelistas, presbíteros, diáconos e auxiliares de trabalho. É claro que esta ordem não segue a tradição do cristianismo, precisamente assim: bispos, presbíteros e diáconos. De qualquer forma, foi assim que o ministério da Assembleia de Deus foi desenvolvido no Brasil, prevalecendo as funções eclesiais de pastor e evangelistas como ministros oficiais da igreja, e os presbíteros e diáconos, seus assistentes diretos. A bem da verdade, na Assembleia de Deus, todos os crentes em plena comunhão com a igreja têm oportunidade de trabalharem na obra de Deus, independentemente de posições eclesiais reconhecidamente válidas e necessárias para o exercício do ministério.



Nossos primeiros pastores foram treinados em escolas bíblicas de obreiros, outros, por terem tido recursos ou oportunidades, por assim dizer, frequentaram institutos bíblicos. A realidade hoje é outra, mas mesmo assim, o ministério na Assembleia de Deus é sempre uma questão de vocação, de ser chamado por Deus, de exercer as atividades evangelísticas, pastorais ou docentes sob “a Voz do Espírito Santo”. É verdade que muitos na atualidade estão no ministério por caprichos de outros, mas ser chamado diretamente por Deus através da convicção espiritual, vocacional e direção do Espírito é o que toda a diferença, que autentica de verdade o ministério de cada obreiro que realmente foi posto no ministério por Deus e não arbitrariamente por homens que agem segundo seus interesses inescrupulosos.

4. Socioantropológica. A socioantropologia é o ramo antropológico que estuda o ser humano, a partir do próprio indivíduo para formas de relações interpessoais e sociais. Estudar o homem, sua cultura e interação com os outros, tem sido uma questão das ciências sociais analisada desde o final do século XIX e o início do século XX.

A sociologia estuda o homem e o universo sociocultural, analisando as inter-relações entre os diversos fenômenos sociais. Na antropologia privilegiam-se os aspectos culturais do comportamento de grupos e comunidades.

Ao estudarmos os fundamentos científicos socioantropológicos dos aspectos socioculturais do comportamento religioso dos crentes da Assembleia de Deus, percebemos que existe uma identidade estampada no ethos assembleiano, o qual, nitidamente é caracterizado pela diferença entre os crentes pentecostais da Assembleia de Deus e os demais grupos evangélicos brasileiros, por exemplo. Assim, muitos críticos não economizam palavras pejorativas ou imprecisas quando fazem seus julgamentos desajuizados acerca do modo ser assembleiano. Na prática o crente assembleiano é visto pela sociedade como um cristão conservador, não associado aos prazeres do mundo, ou seja, ele vive no mundo, mas não participa da cultura desprezível dos homens sem Deus, tais como suas festas ligadas ao hedonismo pagão, bem como a todos os aspectos de uma sociedade que não tem Deus ou a sua palavra como princípio a ser observado.



Os costumes, hábitos ou práticas culturais dos assembleianos não são atos alienados no sentido de serem antissociais. A questão é evitar práticas ou envolvimento com coisas ou pensamentos que não condizem com a santidade do evangelho de Jesus Cristo.

Citaremos aqui alguns exemplos: liberdade sexual, permissão para participar de jogos de azar, presença em festas mundanas tais como carnaval, sincretismos religiosos, bebedeiras, tabacos, enfim, até mesmo apoio a ideologias esquerdistas. Assim, é fácil identificar um cristão católico, pois este, tudo é-lhe permitido, já que não há nenhuma cobrança ou disciplina direta por parte de algum padre ou bispo, certamente. Agora, para o crente da Assembleia de Deus não lhe é permitido pensar, agir ou falar como as estruturas negativas do mundo. O mundo está alicerçado na idolatria, a igreja na santidade de Deus. Isto não é ser alienado ou idiotizado, pelo contrário, é ser cristão. O cristianismo é contracultura, porque o mundo não está apoiado na verdade de Deus, ou mesmo nos princípios do evangelho de Jesus Cristo, e por isto é que o crente em Jesus Cristo não pode se comportar como os homens sem Deus se comportam, como a sociedade se mantém oposta a palavra de Deus. Ser protestante quer dizer protestar sempre contra tudo aquilo que não agrada a Deus ou não corresponde a vontade de Deus.

Podemos pensar que a sociologia assembleiana é a sociologia da graça, a sociologia do reino, a sociologia do Espírito, visto que é a comunhão (*koinonia*) o elemento fundante, organizo, da sociedade da igreja Assembleia de Deus. É a comunhão entre os assembleianos a política das relações sociais, o espírito comunitário mantenedor do diálogo e da comunicação recíproca. Na Assembleia de Deus, todos os irmãos formam uma só família, a família de Deus. Deus é Pai, e todos os crentes em Jesus Cristo, conseqüentemente são filhos de Deus e irmãos uns dos outros, e isto é o que solidifica os relacionamentos. Por fim, a antropologia assembleiana é a antropologia do novo ser, a antropologia da nova criatura, do novo homem e de uma nova concepção de humanidade.

É Cristo o fundamento da essência (espiritual) e existência (histórica) de uma nova humanidade, uma humanidade centrada no Cristo vivificado. A base da antropologia é a



cristologia, e a cristologia é o que caracteriza definitivamente o quer dizer ser uma nova criatura, nascer de novo (2 Co 5.17).

A ideia de uma visão socioantropológica do cristianismo, especificamente o pentecostal é traçar uma linha reta entre o social e o humano, entre as relações sociais e as humanas, formando uma sociedade capaz de glorificar a Cristo a partir de uma perspectiva antropológica com base na cristologia, a qual, serve como parâmetro do Novo Homem. Assim sendo, não existe salvação sem o processo de transformação social. Todo o crente transformado pelo evangelho transita no mundo como um “ungido” de Deus, um “cristo evangélico”, um ser humano cristologicamente transformado.

As características do crente nascido de novo, guiado pelo Espírito Santo não são forjadas de baixo (imanência) para cima (transcendência) mas de cima (transcendência) para baixo (imanência), não o resultado da educação social, mas da educação do Espírito. É o Espírito de Deus que incorpora, encarna, imprime e regenera a natureza humana. Chamamos isto de graça cristologizante.

- **Convite à reflexão:** O que você diz sobre uma Assembleia de Deus que ordena mulheres ao ministério pastoral, permite grupos de dança nos seus cultos e tolera jovens liberais participando dos seus programas eclesiais?

6. O *SOLA SCRIPTURA* E A EXPERIÊNCIA PENTECOSTAL: DISTINTAS, MAS NÃO PARADOXAIS

Sola Scriptura, traduzido como “Somente as Escrituras”, é uma das várias frases latinas que ganharam destaque durante a Reforma Protestante do século XVI. Essa afirma que a Bíblia deve ser tratada como a doutrina e autoridade final mais confiável em todas as questões de fé e vida cristã.

O princípio da Reforma do “*sola Scriptura*” tem a ver com a suficiência das Escrituras como nossa autoridade suprema em todos os assuntos espirituais. *Sola Scriptura*



simplesmente significa que toda verdade necessária para nossa salvação e vida espiritual é ensinada explicitamente ou implicitamente nas Escrituras.

A Escritura é, portanto, o padrão perfeito e único da verdade espiritual, revelando infalivelmente tudo o que devemos crer para sermos salvos e tudo o que devemos fazer para glorificar a Deus. Isso – nem mais, nem menos – é o que significa *sola Scriptura*.

Um estudante do Seminário Teológico Antioquia, onde sou professor, me enviou uma pergunta sobre o *sola scriptura* que achei que merecia ser discutido aqui. A pergunta que me fez foi: “Como conciliar o *Sola Scriptura* com a experiência pentecostal?” Certamente esta é uma pergunta que merece toda a nossa atenção e reflexão teológica, principalmente porque, às vezes, no movimento pentecostal, a experiência tem sido vista como um tipo de “hermenêutica”, ou seja, a experiência pentecostal aplicada à interpretação da Bíblia e não a Bíblia aplicada à experiência pentecostal.

Todos sabemos ou supomos já saber suficientemente o que é experiência. E, por paradoxal que seja, segundo Hans Gadamer, o conceito de experiência encontra-se hoje entre os menos claros e mais ambíguos que possuímos. Por isto, também é um dos mais difíceis de ser sumariamente circunscrito. Assim, partindo, portanto, da pesquisa etimológica, o termo experiência, em latim *experientia*, deriva de *ex-per-iri* (ex-per-iri) e tem o sentido de “prova”, compreende um “vir de”, um “passar através de”. O verbo *experior* significa experimentar, pôr à prova. De modo que *peritus* é o homem entendido em alguma coisa, que tem o domínio de uma prática. Assim, o homem experimentado é aquele que deu provas de sua habilidade: ele é *ex-peritus*, expert. Segue-se que o conhecimento que se adquiriu pela experiência não é idêntico a um conhecimento de tipo especulativo, intelectual e conceitual, mas é conhecimento existencial.

Diferentemente de tal intencionalidade, lemos na Declaração de Fé das Assembleia de Deus o seguinte artigo de fé: “Cremos na inspiração divina verbal e plenária da Bíblia Sagrada, única regra infalível de fé e prática para a vida e o caráter cristão” (2 Tm 3.14-17).³

3 **Declaração de Fé das Assembleia de Deus.** Editora CPAD. Rio de Janeiro, 2017.



Em 2 Timóteo 3.16, o apóstolo Paulo afirma que a Escritura é proveitosa para “ensinar, para repreender, para corrigir na justiça”. É ponto pacífico que a Escritura é benéfica para produzir esses resultados virtuosos e oferecer ferramentas para o ensino, pois ela contém a verdade inspirada de Deus. No contexto inserido por Paulo, entretanto, percebe-se que ele não está interessado em diferenciar Escritura e experiência religiosa, ou Escritura e autoridade da igreja, ou abordar se a Escritura é a única autoridade. Insistimos: como Paulo, no contexto, não prova nenhuma destas disputadas, entre autoridades concorrentes, usar 2 Timóteo 3.16-17 como base bíblica do *Sola Scriptura* é simplesmente uma leitura forçada. Paulo quer apenas demonstrar como a Escritura inspirada é proveitosa para habilitar o homem de Deus para as boas obras, e não apresentar um tratado sobre epistemologia e revelação.

O *Sola Scriptura* na Assembleia de Deus não invalida a experiência pentecostal, e nem a experiência pentecostal não se constitui numa espécie de “magistério teológico da igreja”. A questão aqui é saber conciliar o *Sola Scriptura* com a experiência pentecostal, posicionando cada papel a ser desempenhado na igreja, deixando bem claro que a Bíblia tem prioridade sobre a igreja, mas ela não invalida a experiência religiosa, já que foi através de experiências religiosas ou do Espírito que a igreja uniu o cumprimento da Escritura com o fato religioso (At 2). A escuta da Escritura produz a fé, e a fé é o resultado da relação entre Palavra de Deus e a escuta. Isto é chamado de experiência religiosa.

Ao entendermos suas distinções não paradoxais, clarificamos a ideia de que o *Sola Scriptura* (Somente pelas Escrituras) é o elemento formal da Palavra de Deus, e a experiência religiosa ou pentecostal, neste caso especificamente, é o elemento material. Assim, o formal (Escritura) e o material (experiência espiritual) constituem-se numa verdadeira síntese denominada de tradição eclesial, Tradição aqui é a memória viva e oral da igreja, sem a qual, nem mesmo haveria Escritura. Seguindo este raciocínio, julga-se, necessário dizer que a experiência espiritual não tem por objetivo ultrapassar os limites da revelação especial que é a Palavra de Deus, registrada nas páginas do Antigo e Novo Testamentos. Não. A proposta é a de evidenciar de que a experiência (religiosa, espiritual ou pentecostal) é que deve justificar a



Escritura, mas nunca ultrapassar os limites permitidos da Escritura. Assim, uma experiência religiosa, pode sim, ser validada por uma determinada passagem da Escritura, porém nunca desacreditá-la.

Daí, inevitavelmente, a necessidade de não haver paradoxos entre a Escritura e a experiência pentecostal, quando de fato, é a Escritura que submete a experiência espiritual dos crentes ao crivo da Palavra de Deus. Por isto, uma vez a experiência sendo confirmada pela Escritura, ela não deixa de ser menos importante, já que sua evidência é a própria prova empírica da Escritura, claro, em casos exige-se da experiência religiosa uma prova consideravelmente válida, como o batismo com o Espírito Santo, os dons espirituais, e a própria conversão a Cristo. A igreja é o ambiente onde a Bíblia é posta em evidência, pelo menos, soteriológica e pneumatologicamente.

- **Convite à reflexão:** Em sua opinião, o que é que mais tem contribuído pela perda de identidade na Assembleia de Deus?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratamos neste estudo de questões importantes referentes à Assembleia de Deus, reunindo tópicos de relevância dentro da denominação, desde suas origens nos Estados Unidos da América e no Brasil, buscando tomar consciência da sua ortodoxia pentecostal, não deixando de lado o problema da tradição e da experiência pentecostal, e ainda o *Sola Scriptura*. Todas estas temáticas foram-nos o suficiente para considerarmos algumas considerações sobre a identidade da Assembleia de Deus no Brasil.

São elas: 1) A Assembleia de Deus é uma igreja pentecostal clássica, que tem por base a obra do Espírito Santo desde a conversão até a segunda vinda de Cristo; 2) A Assembleia de Deus é uma igreja evangélica, que pauta pela primazia de Cristo e da Escritura; 3) A Assembleia de Deus é uma igreja conservadora que prima por um testemunho privado (de cada crente) e público (de cada congregação), visando não apenas a formação do caráter cristão, mas



também o que significa ser crente em Jesus Cristo, estando presente em uma sociedade alheia à santidade de Deus. Isso quer dizer que cada crente da Assembleia de Deus, se é que segue genuinamente os princípios do evangelho que tornam a igreja de Jesus diferentemente do mundo, então é exigido de todos na Assembleia de Deus, espiritual e estatutariamente, que se comportam como autênticos discípulos de Jesus; 4) A Assembleia de Deus é uma igreja continuísta, querendo dizer com isto que ela mantém a crença na atualização constante da obra do Espírito Santo, sendo o batismo com o Espírito Santo e seus dons, coisas inegociáveis; e por último 5) A Assembleia de Deus é uma igreja contra o liberalismo teológico, protestante em relação ao relativismo, conservadora biblicamente e de bons costumes.

De todos os temas aqui tratados, queremos apontar, a título de considerações últimas, cinco ideias relevantes que contribuem-indicações para a construção de uma Assembleia de Deus saudável, através de uma teologia transformadora.

1. A legitimação desse estudo se dá pela doutrina teológica, que, conjugada à ação pastoral, vai possibilitar o ensinamento da teologia pentecostal, basicamente na sua tarefa mais urgente. É no ensino teológico assim definido que o pastor vai intervir pela ação pastoral.
2. Essa responsabilidade pastoral, bem com sua intervenção não se limita à formulação de estudos teológicos e ao desenvolvimento da atividade docente do pastor ou do ensinador na Assembleia de Deus. Trata-se de uma missão que requer muito mais que conhecimento teológico. É urgente que cada obreiro empenhado no seu ministério, consiga ver a exigência bíblica de manter-se cheio do Espírito Santo e coeso com sua igreja. A ação pastoral ou ministerial tem que assumir o caráter cristológico da igreja. Assim, cristológica e pneumatologicamente sustentada, a igreja passa a se identificar com o evangelho de Jesus Cristo, passando da doutrina bíblica à ação missiológica.
3. A manutenção do poder do Espírito Santo é o que vai garantir a igreja a sua razão cristológica, ou seja, a motivação pela qual a igreja é igreja.



4. Estas ideias comprometidas com a transformação espiritual não estão prontas ou acabadas. A igreja tem de ser construída num processo de reflexão e de ação da missão cristológica no dia-a-dia dos discípulos e na formação do caráter de Cristo e encontros do Espírito constantes de pastores, obreiros e irmãos.

5. A Igreja Evangélica Assembleia de Deus não pode esquecer-se de sua escatologia, a qual, biblicamente, promete a vitória de todos os servos de Deus rumo a novos céus e nova terra.

Por fim, insistimos que a AD é uma denominação herdeira da Reforma Protestante do século 16, evangélica e pentecostal ortodoxa. A AD não é ecumênica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Declaração de Fé das Assembleia de Deus. Editora CPAD. Rio de Janeiro, 2017.

GADAMER, H. G. **Verdade e método:** Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. (Tradução de Flávio Paulo Meurer). 2. Ed. Petrópolis, Vozes, 1998, p. 512.

ROBERTO. Dos Santos. **Fé, Poder e Esperança.** Editora Betel. São Paulo. 2011.

SUNGENIS, Robert A. **Não somente pelas Escrituras:** Uma crítica católica do Sola Scriptura. Edições Cristo e Livros: São Paulo, 2020.

Recebido em: 02/10/2023

Aprovado em: 10/10/2023

Publicado em: 19/10/2023